



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

# CLIPPING

CLIPPING ELETRÔNICO

Recortes de notícias sobre educação

## ASSEMBLEIAS REGIONAIS

# Fim da greve é sinalizado

Das 12 primeiras votações pelo Estado, oito optaram pela volta às aulas. Amanhã sairá a decisão  
**(DC, Geral, p. 23)**

Senhores Diretores, Gerentes e Assessores,

Comuniquem à Assessoria de Comunicação, com a devida antecedência, projetos, eventos e ações que mereçam divulgação pública.

Leiam as notícias da Secretaria de Estado da Educação, acessando ao site [www.sed.sc.gov.br](http://www.sed.sc.gov.br) e clicando em IMPRENSA

Acompanhem também o site do governo: [www.sc.gov.br](http://www.sc.gov.br)

**Data: 5/7/11**



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 5/7/11
Assunto: Fim da greve é sinalizado		Página: 23

# ASSEMBLEIAS REGIONAIS

## Fim da greve é sinalizado

Das 12 primeiras votações pelo Estado, oito optaram pela volta às aulas. Amanhã sairá a decisão

JÚLIA ANTUNES LORENÇO \*

**De 12 assembleias regionais de professores realizadas ontem, oito votaram pelo fim da greve. Outras 19 foram marcadas para hoje, como a de Florianópolis e São José, que serão unificadas. Amanhã, haverá assembleia estadual, na Passarela Nêgo Quirido, na Capital. Nela, os professores darão a palavra final sobre o fim ou não da paralisação, que completa 49 dias.**

Os docentes que decidiram pelo retornos estão apostando no grupo de trabalho, proposto pelo governo, que irá discutir a aplicação do

piso nacional para toda a carreira – reivindicação principal da categoria.

– Os professores merecem mais, mas existe esta possibilidade e é uma garantia de ter um canal permanente de negociação. As assembleias regionais que votaram pelo retorno das aulas, votaram com a condição de voltar a entrar em greve, caso o grupo não avance – adiantou a coordenadora do Sindicato dos Trabalhadores em Educação, Alvet Bedin.

Este foi o caso da assembleia Chapecó. Para o presidente do Sinte da região, Cleber Ceccon, o recuo seria estratégico. A representante do comando de greve estadual, Zique Timm, defendeu que é preciso reconhecer a evolução das negociações:

– Não é aquilo que a gente merece

e sonha, mas já é um avanço.

Já a maioria dos 300 docentes que participaram da assembleia regional de Criciúma, votaram pela manutenção da greve. Para eles, a proposta apresentada no domingo está muito longe do esperado, porque não aborda a aplicação do piso na carreira. Minutos antes da decisão, palmas e gritos comemoraram a notícia de que os colegas da regional de Tubarão também decidiram continuar de braços cruzados.

No domingo, o governador Raimundo Colombo afirmou que a alternativa apresentada era a última. Com ela, parte da regência de classe – uma gratificação sobre o salário-base – é recomposta a partir de agosto deste ano. Os percentuais voltam a se o que eram em janeiro de 2012. Hoje, a medida provisória, com o texto da proposta apresentada em junho, será rejeitada na Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa. De acordo com o relator Elizeu Mattos, continua a posição de votar pela inadmissibilidade dela.

– Esse tinha sido o combinado entre os líderes da bancada e isso não deve ser mudado. Ficamos aguardando o envio do projeto de lei complementar – observou Mattos.

O projeto de lei deve ser enviado à Assembleia, após a decisão da assembleia estadual dos professores.

[julia.antunes@diario.com.br](mailto:julia.antunes@diario.com.br)

Colaboraram Marcelo Becker  
e Sirlí Freitas



**CLIPPING**

<b>Veículo: Diário Catarinense</b>	<b>Editoria: Geral</b>	<b>Data: 5/7/11</b>
<b>Assunto: Fim da greve é sinalizado</b>		<b>Página: 23</b>

## Férias de julho estão afetadas

Passados 49 dias da greve, sendo 32 letivos, a reposição das aulas é motivo de preocupação dos pais e dos alunos. A Secretaria da Educação ainda vai discutir com gerentes e supervisores regionais como fica o calendário. Uma coisa é certa: os 10 dias letivos, que seriam de férias em julho, serão de aulas, caso a greve acabe amanhã.

Em princípio, não deverá ter aula aos sábados, porque isso foi tentado em outras greves e não deu certo, conforme a diretora de Educação Básica da SED, Gilda Mara Penha:

– Aos sábados as escolas funcionam apenas de manhã, teríamos que usar um sábado para cada turno. Há ainda a questão do transporte escolar.

A orientação será para que todos os dias de semana sejam usados para a recuperação de conteúdo:

– Se alguma escola reservou um dia de semana para outra atividade, iremos pedir que sejam priorizadas as aulas – explica Gilda.

Não está descartada que a reposição avance nas férias de final de ano. Apesar de as aulas terminarem na primeira semana de dezembro, as atividades continuam até 21 do mesmo mês, com a recuperação dos alunos sem média para passar de ano, conselho de classe e formaturas. Também deve haver reposição em dias de feriados.

Preocupados com a duração da greve, um grupo de pais de estudantes do Instituto Estadual de Educação irá entrar com uma representação hoje, na Promotoria de Infância e Juventude no Ministério Público do Estado, pedindo o fim da greve.

## Desconto de grevistas na Justiça

Até ontem à noite, a Justiça não decidiu sobre o pedido do Estado para suspender a liminar, concedida para o Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte), determinando que os descontos pelos dias parados fossem suspensos. A decisão do juiz Hélio do Valle Pereira, divulgada na última quarta-feira, ainda pediu para uma folha suplementar ser rodada, em até três dias úteis, repondo o dinheiro descontado entre 19 de maio e 10 de junho. No entendimento do Sinte este prazo terminou ontem.

– O governo deveria ter rodado a folha suplementar até hoje (ontem). Mas como ele ainda pode fazer isso até meia-noite, vamos aguardar até amanhã (hoje) para exigir o cumprimento da decisão e se for o caso, a aplicação de alguma pena – ressaltou o advogado do Sinte, Marco Rogério Palmeira.

De acordo com a Secretaria da Educação, era preciso esperar a decisão da Justiça, que deve sair até hoje.

## Panelaço fez barulho em São José

Professores de São José e Florianópolis protestaram, ontem, em frente à Secretaria de Desenvolvimento Regional, em São José.

O ato foi para mostrar insatisfação com a existência das secretarias regionais, que de acordo com eles, são cabides de emprego. Eles também discutiram a proposta apresentada pelo governo, no domingo, e demonstraram insatisfação. A coordenadora do Sinte regional de São José, Maria de Fátima da Rosa, informou que pelos professores participantes do ato a greve continua.



JULIO CAMALIERI

### A decisão das regionais

#### PELO FIM

Campos Novos  
Chapecó  
Concórdia  
Joaçaba  
Lages  
Palmitos

São Lourenço d'Oeste  
São Miguel d'Oeste

#### PELA CONTINUIDADE

Criciúma  
Itajaí

Jaraguá do Sul  
Tubarão



CLIPPING

<b>Veículo:</b> Notícias do Dia	<b>Editorial:</b> Política	<b>Data:</b> 05/07/11
<b>Assunto:</b> Colombo aposta no bom senso político		<b>Página:</b> 11

# Colombo aposta no bom senso político

**Entrevista. Governador prevê a volta às aulas e acredita estar no caminho crise na segurança pública**

**MARCELO TOLENTINO**  
[tolentino@noticiasdodia.com.br](mailto:tolentino@noticiasdodia.com.br)  
@Tolentino\_ND

**FLORIANÓPOLIS** — Em meio a uma greve que dura 50 dias e a crise na segurança pública, com a fuga de presos, o governador Raimundo Colombo (DEM) avalia que essa semana os professores devem retornar às aulas e que o governo está no caminho certo para resolver os problemas do sistema penal. Em entrevista, ontem, ao jornal *Notícias do Dia* e ao RIC Notícias, da RIC Record, ele disse que se a categoria não ceder será uma irresponsabilidade com os pais e alunos da rede.

Lembrou que o governo ultrapassou o limite financeiro, oferecendo o máximo possível, e que sempre esteve aberto ao diálogo. “Estou otimista. Vai prevalecer o bom senso. Você faz uma greve quando não há diálogo e não há aceitação de tese. Neste caso estamos conversando o tempo todo e há um cronograma de desembolso significativo”, destacou ele, que já recebeu informações positivas sobre o fim da greve, vindas das regionais.

“O Oeste inteiro quer o fim”, garantiu Colombo. “Nós queremos pagar mais. Reconhecemos que isso é necessário. Nós queremos um grupo de trabalho para construir o futuro, pois a folha de pagamento é de 1980. Precisa ser aperfeiçoada”. Embora o governo tenha economizado R\$ 1 bilhão, ele diz que outras áreas também precisam ser prestigiadas, como a saúde, a segurança pública e a infraestrutura.

O governo propôs pagar a regência de classe entre agosto e dezembro de 25% para 30% (séries iniciais) e de 17% para 20% (séries finais) com promessa de pagar os índices normais, de 40% e 25% em 2012.

“  
*Você faz uma greve quando não há diálogo e não há aceitação de tese.*  
”

**RAIMUNDO COLOMBO,**  
GOVERNADOR

## Novas unidades prisionais no Estado

Sobre a crise no sistema penal, ele lembrou que a última fuga não aconteceu na Penitenciária da Trindade, mas no Centro de Triagem, que, na visão dele, foi construído de forma adequada e no local errado. Informou que novas unidades prisionais estão sendo entregues em Chapecó, Lages e Itajaí. Ele também defendeu a secretária de Justiça e Cidadania, Ada de Luca (PMDB). “Ela está montando o time. Ela já trabalhou em uma unidade prisional em Brasília, onde o índice de criminalidade é alto e tem formação na área”, ressaltou, frisando que Santa Catarina têm baixos índices de criminalidade, mas que ainda necessita de maior efetivo.

Anunciou que o setor está ganhando investimentos na área de tecnologia e de pessoal. Ele também informou que haverá uma quarta ligação entre Continente e Ilha. Mas antes de anunciar a os contornos da obra irá consultar os órgãos responsáveis.

Pagamento.  
O impacto na  
folha de pagamento  
será de R\$ 27,5 milhões  
ao mês. “Chegamos ao  
limite financeiro e temos  
uma responsabilidade  
com o Estado”, disse  
Colombo



## Professores votam se voltam às aulas

**FLORIANÓPOLIS** — A atenção de pais, alunos e também do governo, deputados e de professores vai estar voltada para a assembleia estadual marcada para a passarela Nego Quirido, a partir das 14h de amanhã, quando os professores vão decidir se mantêm a greve ou se retornam ao trabalho. A assembleia acontece no dia que a greve completa 50 dias.

Os professores vão analisar se votam contra ou a favor da nova proposta do governo do Estado, apresentada na noite de domingo pelo governador Raimundo Colombo, que propôs repor a regência de classe entre agosto e dezembro nos níveis de 25% para 30% (séries iniciais) e de 17% para 20% (séries finais) com promessa de retorno aos índices normais, 40% e 25%, a partir de janeiro de 2012.

O governo prometeu ainda aumentar a gratificação por aula excedente de 1,5% para 3,6% a partir de agosto e retornar ao patamar de 5% em janeiro de 2012. Antes da assembleia estadual, os professores participam das assembleias regionais que vão dizer sim ou não a proposta do governo. As regionais de Florianópolis e São José realizam hoje a assembleia, marcada para as 14 horas na Arena Multiuso, em São José. Enquanto isso os deputados se movimentam no sentido de preparar o caminho para votar o novo projeto que será enviado pelo governo do Estado. O projeto de lei complementar só será encaminhado se a greve terminar.



### PROJETO

Deputados estaduais aguardam nova MP que regulamentará o pagamento

## Acordo de líderes veta emendas a nova MP

Nesta terça-feira a CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) vota pela inadmissibilidade da MP (Medida Provisória) 189. Essa medida contém proposta anterior do governo. O arquivamento obriga o envio de outro projeto para substituí-lo. Segundo o líder do governo, deputado Elizeu Mattos, não será permitido emendas a esse e projeto. "o acordo de líderes será mantido".

A Assembleia Legislativa entrará em recesso dia 15 de julho. Antes do recesso tem que votar a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias). Sem votar essa matéria o legislativo não pode entrar no recesso de julho.



CLIPPING

<b>Veículo:</b> A Notícia	<b>Editoria:</b> AN.Joinville	<b>Data:</b> 05/07/11
<b>Assunto:</b> Greve + vestibular = tensão geral		<b>Página:</b> 08

# Greve + vestibular = tensão geral

## Alunos do último ano do ensino médio estão apreensivos pelo fim da greve

A greve dos professores da rede estadual deve esticar o ano letivo, situação que preocupa, especialmente, os alunos do terceiro ano do ensino médio.

Na reta final de preparação para enfrentar o vestibular, muitos estão sem aulas de disciplinas como matemática, geografia, biologia, química e física.

Tem até quem tenha optado por pagar por um cursinho particular para recuperar o conteúdo e não fazer feio no vestibular. É o caso de Scheila Cristina Ramos, de 17 anos, aluna da escola Annes Gualberto, no Iriirítú. Devido à greve, a turma dela não está tendo aulas de matemática, geografia e sociologia. "Estamos estudando por conta, em casa. Quem tem condições, faz cursinho", diz.

Na escola onde Scheila estuda, os alunos continuam tendo aula todos os dias, em horário especial. "Às vezes, somos liberados antes", explica Scheila. Mas

tem alunos, em Joinville, que enfrentam uma situação ainda mais crítica. É o caso dos alunos da Escola Jorge Lacerda, no Guanabara, que estão indo à escola apenas dois dias por semana. Isso porque 50% dos professores aderiram à greve e os alunos do terceiro ano estão sem professor de biologia, português, geografia, química, inglês e sociologia. "Os pais ligam bastante e estão preocupados com a reposição", diz a assessora de direção da escola, Ana Schiochet.

A situação é complicada também na escola Jandira Dávila, no Aventureiro, onde os cerca de 120 alunos do terceiro ano chegaram a ficar um mês sem aula, e atualmente, estão tendo apenas três disciplinas: português, química e biologia. A preocupação de pais e alunos é se haverá tempo para repor todo esse conteúdo perdido até a temporada de vestibulares, que começa em novembro.



**Os pais ligam bastante e estão preocupados com a reposição.**

**ANA SCHIOCHET**, assessora de direção na escola Jorge Lacerda, no Guanabara

## Alternativas estão em estudo

Os professores decidem se voltam ou não às aulas em assembleias regionais (até hoje à tarde) e em uma assembleia estadual, marcada para amanhã, na Capital. A gerente regional de ensino da região de Joinville, Heliete Steingraber, garante que a reposição deve acontecer a tempo dos vestibulares. "À medida que

os professores estão voltando, estamos dando início à reposição. Esperamos que todos voltem na segunda-feira", diz.

Segundo ela, a reposição das aulas pode acontecer aos sábados, feriados e pontos facultativos. A Gerência também estuda a realização de aulas de revisão do conteúdo para o terceiro ano.

## Desconto à espera da Justiça

Até ontem à noite, a Justiça não havia decidido sobre o pedido do Estado para suspender a liminar, concedida para o Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte), determinando que os descontos pelos dias parados fossem suspensos.

A decisão do juiz Hélio do Valle Pereira, divulgada na última quarta-feira, ainda pediu para uma folha suplementar ser rodada, em até três dias úteis, repondo o dinheiro descontado entre 19 de maio e 10 de junho. No entendimento do Sinte, este prazo terminou ontem.

"O governo deveria ter rodado a folha suplementar até hoje (ontem). Mas como ele ainda pode fazer isso até meia-noite, vamos aguardar até amanhã (hoje) para exigir o cumprimento da decisão e se for o caso, a aplicação de alguma pena", ressaltou o advogado do Sinte, Marco Rogério Palmeira.

De acordo com assessoria de imprensa da Secretaria da Educação, era preciso esperar a decisão da Justiça, que deve sair até hoje.

## Já decidiram

Professores de algumas regiões do Estado se reuniram ontem e já decidiram sobre o futuro da greve. Os professores das outras regiões se reúnem hoje:

### Pelo fim da greve

Campos Novos, Chapecó, Concórdia, Joaçaba, Lages, Palmitos, São Lourenço do Oeste e São Miguel do Oeste.

### Pela continuidade da greve

Criciúma, Itajaí, Jaraguá do Sul e Tubarão.



## CLIPPING

<b>Veículo:</b> Notícias do Dia	<b>Editoria:</b> Paulo Alceu	<b>Data:</b> 05/07/11
<b>Assunto:</b> Pauta positiva		<b>Página:</b> 02

### Pauta positiva

Economia de R\$ 1 bilhão, nestes seis meses, não significa dinheiro exclusivamente para a Educação. O governador Raimundo Colombo, em entrevista ao RIC Notícias, ontem à noite, considerou que não houve falha do governo na condução das conversas com os professores. Declarou que priorizou o diálogo evitando qualquer imposição ou linha dura que não é seu estilo. Reafirmou o compromisso de valorização do magistério, mas dentro de uma construção consciente e responsável, levando em consideração os limites financeiros. Ao ser indagado se seis meses não eram muito para uma transição destacou que não se trata disso, frisando que o governo não está parado. Todas as obras estão em andamento e nada está em atraso, muito menos pagamentos. Expôs suas realizações até aqui e suas metas futuras tendo como compromisso as pessoas dentro e fora do governo. E enalteceu a equipe de trabalho considerando que há muito ainda a que fazer.



Mas nos rápidos oito minutos de entrevista, mais uma vez, deu para observar um político distanciado da fórmula comum que perambula pelo poder. Expressa suas verdades e acredita em seus ideais. Colombo acredita e aposta no que acredita. É assim que se apresenta. Às vezes surpreende pela sua simplicidade e pelas respostas diretas, sem maquiagens. Esse é o governador que os catarinenses escolheram em primeiro turno. Demonstra que antes de decidir gosta de ouvir e não de impor. O tempo dirá se este estilo é o ideal para um Estado que sempre foi um diferencial.

## CLIPPING

<b>Veículo:</b> Notícias do Dia	<b>Editoria:</b> Paulo Alceu	<b>Data:</b> 05/07/11
<b>Assunto:</b> Limite esgotado		<b>Página:</b> 02

### *Limite esgotado*

Embora com razão em muito dos pleitos, a greve dos professores chegou ao limite. O Sinte revelou nesse longo período de paralisação unidade, determinação e consciência coletiva. Avançou. Expôs direitos e conquistas lutando em defesa de uma categoria, que desde os tempos da ditadura militar sofre com desqualificações e desvalorizações. Um esvaziamento incompreensível e condenável. Agora é depositar no governo a responsabilidade de cumprir o

que prometeu e voltar ao lugar de trabalho em nome do aluno. Não é derrota; pelo contrário. Radicalismo, isso sim, é derrota. Ficou claro, nesses dois meses, o direito dos professores e a dificuldade financeira do governo em cumprir tais obrigações tendo que inclusive equilibrar ganhos com redução de benefícios. O sensato é construir soluções. Continuar com a greve será produzir desgastes e até novos adversários. É o momento de mostrar grandeza e não ranço.



### CLIPPING

<b>Veículo:</b> A Notícia	<b>Editoria:</b> Cláudio Prisco	<b>Data:</b> 05/07/11
<b>Assunto:</b> Com o pé no acelerador		<b>Página:</b> 17

## COM O PÉ NO ACELERADOR

O governador Raimundo Colombo chegou ao limite na negociação com o comando de greve. A proposta formalizada no domingo à noite, no Palácio Residencial, foi a última apresentada pelo Executivo. Se os professores não aprovarem o fim da paralisação, a Secretaria da Educação vai chamar profissionais para substituir os grevistas em sala de aula, considerando que está se beirando os 50 dias de movimento grevista.

Ontem, Colombo reuniu-se com o vice Eduardo Moreira e a secretária Ada de Luca (Justiça e Cidadania) para avaliar providências concretas e objetivas a serem adotadas no sistema prisional do Estado. Hoje, o governador aproveita para trocar ideias com alguns auxiliares sobre a definição de um cronograma de obras, a ser implementado a partir de agosto, em todas as áreas do governo.

Amanhã e quinta-feira, Raimundo Colombo retoma o roteiro de viagens pelo Estado, percorrendo as regionais de Ituporanga,

Ibirama, Taió e Rio do Sul. Ainda na sexta, avança um pouco mais nas medidas que vão marcar “a virada do governo”, deixando para trás a paralisação dos professores.

Desde ontem foi possível perceber que o governador foi para a linha de frente, dando entrevistas a emissoras de rádio e canais de televisão. Uma rede estadual de rádio e televisão deve estar sendo convocada. A empatia de Raimundo Colombo, que contribuiu decisivamente para ganhar a eleição ainda no primeiro turno, será novamente acionada em plenitude.

Temas cruciais do Estado, como a federalização das letras e as *debentures* da Invesc, vão também merecer atenção do governo, com encaminhamento prático. Quanto aos precatórios, na audiência concedida ao governador no dia 21, no Planalto, a presidente Dilma Rousseff concordou que Raimundo Colombo deflagrasse o processo, a partir de entendimento com a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado.

### CLIPPING

<b>Veículo:</b> A Notícia	<b>Editoria:</b> Cláudio Prisco	<b>Data:</b> 05/07/11
<b>Assunto:</b> Aposta		<b>Página:</b> 17

## Aposta

Raimundo Colombo voltou a exortar os professores em greve a retornar às salas de aula. A nova manifestação foi registrada ontem, durante visita à Mostra de Cinema Infantil, que ocorre no Teatro Pedro Ivo Campos, que fica ao lado do Centro Administrativo. O governador reconheceu que o Estado precisa remunerar melhor os professores e destacou que aposta “no bom senso e entendimento com o Sinte para que os alunos não percam o ano letivo”. No domingo, Colombo pediu para que os secretários ligassem para os regionais, com o objetivo de informá-los das tratativas com os sindicalistas, na Capital.

**CLIPPING**

<b>Veículo:</b> A Notícia	<b>Editoria:</b> Cláudio Prisco	<b>Data:</b> 05/07/11
<b>Assunto:</b> Virada		<b>Página:</b> 17

**Virada**

Na Secretaria da Educação, a palavra de ordem é otimismo. Marco Tebaldi quer dar celeridade aos projetos da pasta tão logo o impasse seja superado. Novas escolas, reformas e ampliações da rede estadual estão em processo licitatório. Tebaldi e Colombo conversaram ontem.

**CLIPPING**

<b>Veículo:</b> A Notícia	<b>Editoria:</b> Cláudio Prisco	<b>Data:</b> 05/07/11
<b>Assunto:</b> Risco		<b>Página:</b> 17

**RISCO**  
Assembleia dos professores estaduais foi convocada para amanhã. Ontem, as assembleias regionais em Florianópolis, São José, Criciúma, Tubarão e Laguna decidiram pela continuidade da greve. Pelo fim da paralisação, votaram Palmitos, Campos Novos e Lages. Confronto à vista.



## CLIPPING

<b>Veículo: Diário Catarinense</b>	<b>Editoria: Roberto Azevedo</b>	<b>Data: 5/7/11</b>
<b>Assunto: Emenda em discussão/Relação/Na boa</b>		<b>Página: 10</b>

# A emenda em discussão

O presidente da Assembleia, deputado Gelson Merisio, se reuniu, no final da tarde de ontem, com o procurador-geral de Justiça, Lio Marin, chefe do Ministério Público catarinense, para tratar da tramitação da emenda que o Executivo enviará ao Legislativo e que readequa os valores do repasse do duodécimo aos poderes. Conforme a coluna antecipou no último sábado, o governo do Estado refez as contas e fará a recomposição dos percentuais sem os valores do Fundeb, retirado da base de cálculo da Receita Líquida Disponível, com a aplicação de um redutor de 2,62%. Na prática, os percentuais aos

poderes diminuirão um pouco, mas o Centro Administrativo terá mais de R\$ 90 milhões para investimentos.

Merisio alerta que isso não significa que há previsões de compensações futuras, pois o que está em análise é apenas a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2012, e não a de 2013. O presidente da Assembleia rejeita qualquer condicionante futura. Merisio manda o recado: “não quer ver repetidos os erros do passado”. Uma situação é certa. Há pressa e grande expectativa de chegada da emenda à LDO no Palácio Barriga Verde. A ideia é votar na sessão de amanhã da Assembleia. Se o governo não o fizer, o

Legislativo o fará, garante Merisio.

Nos bastidores do Poder Judiciário, está sendo aguardado para hoje um encontro entre o desembargador José Trindade dos Santos com o governador Raimundo Colombo. Pela tradição da magistratura, nenhum comentário será feito ou qualquer acordo respaldado sem o conhecimento prévio dos termos contidos na emenda. Fontes do Tribunal de Justiça qualificam a negociação de “árdua”. Havia o entendimento entre Trindade e Colombo de que o acordo seria debatido tão logo a greve dos professores estaduais tivesse um desfecho. Foi antecipado.

## Relação

Inegável é avaliar que a posição da Assembleia, por decisão de seus líderes e da presidência, em retirar o Fundeb dos cálculos na LDO, foi decisiva para se fechar o acordo. Gelson Merisio pondera que existe uma relação com a greve do magistério.

Afinal, a partir de janeiro do ano que vem, a reposição da regência de classe nos patamares históricos de 25% e 40%, significará um impacto de R\$ 180 milhões na folha do Estado, parte estaria viabilizada.

## Na boa

Otimista com o desdobramento da nova proposta do governo ao Sinte, o secretário Marco Tebaldi (Educação) ganhou ânimo novo à frente da pasta.

Ontem disparou telefonemas aos 36 gerentes regionais da área para dar detalhes do que foi oferecido aos professores, a quem orientou, e também tratou de uma agenda propositiva de realizações.

Depois, promoveu uma reunião com a equipe técnica para finalizar novos projetos.



## CLIPPING

<b>Veículo: Diário Catarinense</b>	<b>Editoria: Visor</b>	<b>Data: 5/7/11</b>
<b>Assunto: Sete chaves</b>		<b>Página: 2</b>

### SETE CHAVES

Agente policial de Joinville foi surpreendida durante uma consulta médica agendada para a última quinta, dia 1º. Ao chegar na clínica, foi informada de que o convênio entre Unimed e Estado não valia mais. Após muita insistência, ligaram para a cooperativa, que informou que o convênio terá validade até o final do mês para os cerca de 180 mil servidores.

O assunto é tratado a sete chaves tanto no Centro Administrativo quanto na Unimed. Após quase 50 dias de greve dos professores, tudo o que o governo não quer é mais pressão do funcionalismo, porque ficou sem plano de saúde. As respostas sobre o assunto são quase monossilábicas. Sinal de que o acordo ainda está longe do final feliz.

<b>Veículo: Diário Catarinense</b>	<b>Editoria: Diário do Leitor</b>	<b>Data: 5/7/11</b>
<b>Assunto: Assinantes</b>		<b>Página: 36</b>

■ **Maria Claudete Rodrigues**, de Florianópolis, sugere ao *DC* uma reportagem mais detalhada sobre a greve dos professores explicando o que exatamente eles estão reivindicando. Ela é professora e acha que da maneira com que o jornal aborda o assunto, parece que os docentes estão querendo apenas aumento de salário.



### CLIPPING

<b>Veículo:</b> Notícias do Dia	<b>Editorial:</b> Leitor	<b>Data:</b> 05/07/11
<b>Assunto:</b> Qualidade na educação		<b>Página:</b> 30

#### **Qualidade na educação**

Quando teve a infeliz idéia de entrar com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade da lei federal de instituiu o piso nacional de magistério, o governo do Estado deveria ter tomado duas providências: 1) fazer um provisionamento visando a assegurar recursos para o cumprimento da lei em vista da previsível derrota junto ao Supremo Tribunal Federal. 2) a Adin foi impetrada em 2009 e, a partir daí, nos orçamentos de 2010 e 2011, não mais se deveria colocar recursos do Fundeb no caixa único do Estado e nem repassar o dinheiro carimbado da educação para os demais poderes.

O dinheiro aplicado em educação (merenda e transporte escolar, equipamentos e instalações físicas, material didático e uniforme escolar e salário dos professores) não deve ser rotulado como despesa corrente ou gasto público, e sim como investimento de Estado.

Os pais de alunos e os próprios alunos deveriam estar engrossando o movimento grevista. No Chile, na semana passada, 100 mil pessoas saíram em passeata reivindicando mais recursos para a educação.

Os representantes do povo deveriam pressionar o governo a honrar os compromissos com a educação e com os professores, sem querer transformar o piso em teto salarial.

Chega de abonos e outras enganações. Santa Catarina teria um salto de qualidade, cumprindo os compromissos com os professores e com a destinação sem desvios dos recursos do Fundeb.



### CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Cacau Menezes	Data: 5/7/11
Assunto: Milagre, Milagre!		Página: 39

## Milagre, milagre!!

O secretário da Educação, Marco Tebaldi, compareceu à reunião de emergência com o comando da greve dos professores, convocada para pleno domingo à tarde pelo governador Raimundo Colombo. Tebaldi explicou que foi à Canela semana passada para participar de um encontro de secretários de Educação.

E, surpresa maior, ontem o secretário deu as primeiras entrevistas, 48 dias depois, falando de??? Acertaram, greve!

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Diário do Leitor	Data: 5/7/11
Assunto: Professores		Página: 36

## Professores

Meu Pai do Céu. Mas este governador Raimundo Colombo não se preocupa com a educação nem com os estudantes mesmo. Olha, a manifestação dos docentes precisa ser mais do que consistente, perseverante e assídua, porque os professores da rede estadual de educação estão há quase dois meses em greve, e o governador coloca o vice para atender ao comando de greve para continuar tudo na mesma. Muita irresponsabilidade. Infelizmente, vergonhoso.

**Rudi Lopes**  
Por e-mail



No *RBS Notícias*, vi uma reportagem onde um cidadão desesperado dizia que uma comissão de pais está ajuizando uma ação contra o governo e o Sinte, por conta dessa vergonhosa situação que assola a educação estadual. Gostaria de saber como faço para ingressar nesse movimento de pais desesperados como eu, que não aguentam mais ver seus filhos sem aulas. Os governantes e as pessoas que comandam esta greve não dependem dessa precária educação que aí se encontra. Se dependessem, isso não estaria ocorrendo. É triste. Muito triste.

**Júlio Cesar Machado de Souza**  
Florianópolis



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Roberto Azevedo	Data: 5/7/11
Assunto: Diversos		Página: 10

# A DIVISÃO DO BOLO

## Acordo garante folga de R\$ 90 milhões ao governo

Emenda à LDO prevê retirada do Fundeb da base de cálculo, aumento do percentual e um redutor

NATÁLIA VIANA

O governo enviará hoje à Assembleia uma emenda ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) com os novos percentuais de repasse aos poderes. Com base no acordo fechado, o Estado terá cerca de R\$ 90 milhões a mais no caixa em 2012. O valor corresponde a 25% do total que o governo esperava inicialmente economizar.

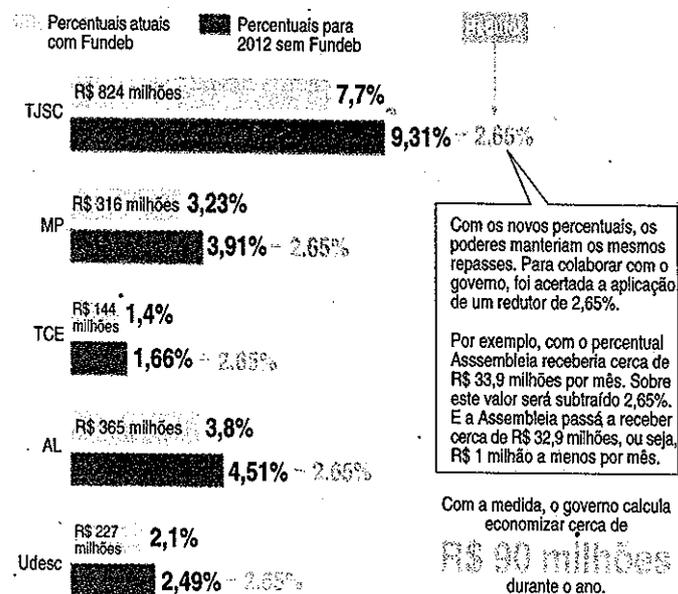
Segundo o secretário da Casa Civil, Antônio Ceron, a emenda será encaminhada ao relator da LDO, deputado Gilmar Knaesel (PSDB), até o final da tarde. O tucano deve apresentar, amanhã, o relatório final na Comissão de Finanças para que o projeto seja votado em plenário até a próxima semana. A LDO precisa ser aprovada antes do recesso parlamentar, que começa no dia 16 de julho.

A emenda faz parte de um acordo costurado entre o governo e Tribunal de Justiça, Ministério Público, Tribunal de Contas do Estado, Assembleia Legislativa e Udesc. A proposta prevê a retirada dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) da base de cálculo dos repasses e a recomposição dos percentuais.

Inicialmente, a ideia do governo era retirar o Fundeb da conta e manter os mesmos percentuais pagos hoje. Com isso, o Estado poderia economizar

O ACORDO

- ▶ Os percentuais dos poderes são calculados com base na Receita Líquida Disponível, hoje formada por recursos do Tesouro, Fundeb e remuneração financeira.
- ▶ A partir de 2012, os recursos do Fundeb deixarão de ser computados na base de cálculo
- ▶ Com a retirada do Fundeb da conta, os poderes deixarão de receber cerca de R\$ 360 milhões por ano. As instituições ponderaram que não conseguiriam absorver tamanho corte e, por isso, negociou-se um aumento do percentuais para recompor as perdas.



zar cerca de R\$ 360 milhões.

Mas, em uma reunião com o governador Raimundo Colombo, o presidente do TJSC, desembargador José Trindade dos Santos, e o procurador-geral de Justiça, Lio Marcos Marini, ponderaram que as instituições já

havam feito uma programação financeira para 2012 contando com estes valores, e que não poderiam manter projetos de expansão com o corte de R\$ 360 milhões. A saída foi buscar um meio termo. Os poderes aceitaram retirar o Fundeb da base,

desde que os percentuais fossem reajustados na mesma proporção. Para colaborar com o governo, foi acertada a aplicação de um redutor de 2,65%.

Desta forma, cerca de R\$ 90 milhões deixarão de ser repassados aos poderes e permanecerão no caixa do governo no ano que vem.

O governador Raimundo Colombo concorda que o valor final ficou abaixo do inicialmente projetado. Mas ele considera o acordo um avanço, já que os poderes aceitaram colaborar com uma parcela de recursos possível para o Executivo.

– Foi um avanço maduro, porque em cima de uma realidade financeira os poderes fizeram compromissos. Por exemplo, o Judiciário abriu novas varas e o Ministério Público acompanhou este crescimento. Então foi preciso fazer um ajuste financeiro dentro de cada instituição. Mas houve uma parceria e uma parte destes recursos estarão disponíveis para o Estado a partir de 2012 – afirma o governador.

Para o presidente da Assembleia, Gelson Merisio, com a “economia” o governo resolve, em parte, o problema do pagamento da regência de classe para os professores, que hoje é um dos principais impasses para o fim da greve da categoria.

Com base na última proposta apresentada ao magistério, o governo estima gastar R\$ 33 milhões a mais por mês com o benefício.



### CLIPPING

<b>Veículo:</b> O Estado de São Paulo	<b>Editoria:</b> Vida	<b>Data:</b> 02/07/11
<b>Assunto:</b> Projeto do Senado libera contratação de professores universitários sem pós		<b>Página:</b> A26

#### **Projeto do Senado libera contratação de professores universitários sem pós**

Se aprovado, projeto de lei que deve ir à votação dia 12 alterará a Lei de Diretrizes e Bases e permitirá que graduados sem títulos deem aula em caráter temporário - status que pode ser renovado indefinidamente. Proposta agrada a instituições particulares

Um projeto de lei em tramitação no Senado autoriza universidades e faculdades a contratarem professores sem curso de pós-graduação. Pela proposta, qualquer pessoa que tenha diploma de graduação e experiência relevante vai poder lecionar em cursos superiores de forma temporária. A medida agrada principalmente às instituições particulares.

Caso seja aprovado, o projeto vai alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Hoje, a LDB diz que "a preparação para o exercício do magistério superior se faz em nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado". A proposta está agendada para entrar em votação no dia 12.

"É preciso flexibilizar, porque faltam titulados", diz o senador Álvaro Dias (PSDB-PR), da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e relator do projeto.

O contrato de professor temporário no Brasil não tem legislação específica. Universidades particulares têm autonomia para estabelecer suas regras. Nas instituições federais de ensino, segundo medida provisória que entrou em vigor no mês passado, até 20% dos professores podem ser temporários: eles têm um ano de contrato assinado, podendo ser prorrogado por mais um.

Hoje, mesmo contrariando a LDB, há 28.085 professores sem pós-graduação em instituições de ensino superior do Brasil - 8% do total. Desses, 174 não têm sequer diploma de graduação.

O projeto agrada principalmente aos grandes grupos privados, que tiveram expansão nos últimos anos. Mas representantes de instituições tradicionais demonstram apreensão com a proposta. "Um profissional com experiência tem muito a ensinar, mesmo que não tenha pós-graduação", diz Ana Maria Sousa, vice-presidente acadêmica da Anhanguera Educacional. "Por outro lado, há aqueles que terminam a graduação e já emendam com o mestrado e com o doutorado. Que experiência eles têm para passar?" Ela critica o fato de o projeto não abranger os efetivos. "Se esse profissional é um bom professor, por que o contrato é temporário?"

**Carência.** O diretor jurídico do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo (Semesp), José Roberto Covac, também é favorável. Ele diz que a lei vai ajudar principalmente as regiões com carência de profissionais titulados. "Vários cursos, como Petróleo e Moda, quase não têm nem graduados formados. Nas áreas de Engenharia e Tecnologia, se precisar de professor titulado para autorizar o curso, não consegue achar."

Fábio do Prado, reitor do centro universitário da FEI, discorda. "A pós-graduação dá ao professor um projeto pleno que favorece nosso alunado", diz. Dos 300 professores da instituição privada, 85% são mestres e doutores. "Nunca tivemos dificuldade em encontrá-los."



O vice-diretor da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP), professor José Roberto Piqueira, endossa essa visão. Para ele, algumas universidades reclamam da escassez de titulados não porque haja falta deles no mercado, mesmo em regiões mais distantes do eixo Rio-São Paulo. O gargalo seriam as más condições de empregabilidade que as instituições oferecem.

"Quando abro uma vaga, tenho dez engenheiros doutores interessados. Todos dispostos a lecionar. O problema é que muitas particulares querem pagar muito pouco pela hora-aula e ainda o colocam para dar 30 horas semanais. E eles ficam sem tempo para se dedicar à pesquisa."

O valor da hora-aula de um professor é mais alto quanto maior é a sua titulação. Um docente que tenha somente a graduação custa bem menos que um doutor.

Para Piqueira, se o projeto for aprovado, as universidades iriam em direção contrária às aspirações do mercado. "Embraer e Petrobrás têm seus próprios programas de mestrado. Se a indústria acha importante, a universidade não vai achar?"

O Secretário da Educação Superior do Ministério da Educação (MEC), Luiz Cláudio Costa, admite que a contratação de docentes sem pós-graduação é comum em instituições do País todo, mas afirma que professores com pós-graduação são fundamentais para a melhoria da qualidade dos cursos. "Se permitirmos docentes sem titulação, vamos reduzir a qualidade."

Costa também afirmou que, caso o projeto seja aprovado, o MEC usará estratégias para desestimular a contratação dos temporários. "Não poderemos impedir quem não tem pós, mas posso valorizar os titulados."

## **PARA ENTENDER**

### **Títulos influem em avaliação**

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), as universidades e centros universitários devem ter um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado.

A titulação dos professores também é levada em conta na composição do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), que analisa as instituições, os cursos e o desempenho dos estudantes.

A nota do curso varia de um a cinco e é na composição dela que é considerado o perfil do corpo docente.

Para conseguir a nota máxima, os bacharelados e licenciaturas precisam ter 80% dos docentes com titulação obtida em programas de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado).

Nos cursos de graduação tecnológica (mais rápidos e com conteúdo voltado para o mercado), o índice mínimo de mestres e doutores para a obtenção da nota máxima (conceito 5) deve ser de 60%.



### CLIPPING

<b>Veículo:</b> Nota 10	<b>Editoria:</b> Brasil	<b>Data:</b> 5/7/11
<b>Assunto:</b> Comissão debate financiamento do Plano Nacional de Educação		<b>Página:</b> online

#### **Comissão debate financiamento do Plano Nacional de Educação**

A comissão especial que analisa o projeto do Plano Nacional de Educação (PNE - PL 8035/10) realiza amanhã (6), às 14h30, no Plenário 10, audiência pública para discutir as fontes de financiamento para o ensino. A proposta do Executivo prevê que 7% do PIB sejam investidos no setor até 2020. Segundo a Agência Câmara, os parlamentares querem saber quais serão as fontes desses recursos.

Foram convidados o presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Márcio Pochmann; o integrante do Conselho Administrativo da Kroton Educacional Walfrido dos Mares Guia; o economista e especialista em finanças públicas José Roberto Afonso; e consultor legislativo da Câmara Paulo César Ribeiro Lima.



### CLIPPING

<b>Veículo: Jornal de SC</b>	<b>Editoria: Geral</b>	<b>Data: 5/7/11</b>
<b>Assunto: Furb, por que merecemos a Federal</b>		<b>Página: Online</b>

## FURB

### Por que merecemos a Federal

#### Região é a única de Santa Catarina desprovida de campus de universidade federal pública

BLUMENAU - A comunidade regional terá hoje a última oportunidade de opinar sobre a proposta de federalização da Furb, a partir das 9h na biblioteca do Campus 1. Será a chance para a região fechar a lacuna no mapa do Estado em que o Vale do Itajaí aparece como único local desprovido de um campus de universidade federal pública (veja mapa). Há apenas atendimento por meio de polos de ensino a distância. O seminário de hoje servirá para apresentação do pré-projeto a ser encaminhado ao Ministério da Educação (MEC). O documento efetivamente cria a Universidade Federal do Vale do Itajaí (UFVI), beneficiando diretamente os cerca de 1,5 milhão de moradores da região.

No encontro será mostrado tudo o que já foi estudado até agora e o que ainda resta fazer. A perspectiva do coordenador do comitê pró-federalização, Clóvis Reis, é concluir o texto final nos próximos dois meses, encerrando assim, um ciclo que vem sendo intensificado desde 2002.

O pré-projeto está sendo elaborado em parceria com o Instituto de Pesquisas e Estudos em Administração Universitária (Inpeau), vinculado à Universidade Federal da Santa Catarina. O diretor do Instituto e coordenador da pesquisa, Pedro Antônio de Melo, lembra que esta prévia levou cerca de quatro meses de estudos intensos.

– Pretendemos comprovar que a incorporação da Furb é viável e que a região necessita de uma universidade federal para se desenvolver – disse.

Pedro Melo se refere às inúmeras vantagens que a incorporação da Furb pode trazer. Entre elas, a ausência de investimentos para construir novos prédios – a nova universidade deve incorporar toda a atual estrutura da Furb –, a possibilidade de atração de novas empresas e a aplicação do atual orçamento da Furb, algo em torno de R\$ 150 milhões anuais, em outras áreas da economia, desenvolvendo a região como um todo.

As sugestões apresentadas hoje pela comunidade voltam a ser analisadas para o término do texto. O pró-reitor de ensino da Universidade de Blumenau, Antônio André Chivanga Barros, avalia que, com esta etapa



vencida, cerca de 90% do projeto que pretende criar a Universidade Federal do Vale do Itajaí esteja concluído.

Chivanga observa, entretanto, que estes dados serão reunidos com os outros dois estudos exigidos pelo MEC. Um deles já foi finalizado e trata especificamente da questão de custos. Análise feita pelo professor Nelson Cardoso Amaral, ex-reitor da Universidade Federal de Goiás, mostrou que o custo anual de um aluno da Furb (R\$ 6 mil) é, em média, metade do custo de um aluno de uma universidade federal (R\$ 11 mil) do porte da Furb. O terceiro estudo, que vai explicar como ficará a situação dos atuais professores e servidores, está em fase de contratação e será feito por uma empresa de consultoria do Rio de Janeiro.

O pró-reitor disse que, apesar de o contrato ainda não ter sido assinado, a empresa já busca informações para elaborar o documento. A previsão é que até o início de agosto o estudo fique pronto para ser integrado aos outros dois. A última etapa será encaminhar o projeto final, ainda neste semestre, para análise pelo MEC, que vai autorizar ou não a criação da UFVI.

[giovana@santa.com.br](mailto:giovana@santa.com.br)

GIOVANA PIETRZACKA

Serviço

Seminário - para discutir propostas para a Furb Federal será hoje a partir das 9h, no auditório da Biblioteca, no Campus 1

**10 RAZÕES PARA A IMPLANTAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL NO VALE**

#### **1 - SC tem só duas universidades federais**

No Brasil há 59 universidades federais, em Santa Catarina só há duas: a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com sede em Florianópolis, e a Universidade da Fronteira Sul (UFFS), com sede em Chapecó e que atende aos três estados da região Sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná)

#### **2 - 1,5 milhão sem Ensino Superior gratuito**

Esta lacuna de universidade federal deixa 53 municípios, da mesorregião do Vale do Itajaí, sem campus de Ensino Superior federal gratuito. Na região vivem cerca de 1,5 milhão de pessoas (dados IBGE/2010). Todas desassistidas de campus de universidade federal. Há apenas polos de educação a distância

#### **3 - Representatividade econômica**

O Vale do Itajaí é responsável por 26% do Produto Interno Bruto (PIB) de Santa Catarina. Possui cerca de 400 mil trabalhadores empregados, o que corresponde a 27% dos empregos de todo o Estado, segundo IBGE

#### **4 - Injeção anual de R\$ 150 milhões na economia**

A economia do Vale do Itajaí teria uma injeção anual de cerca de R\$ 150 milhões. Este é o valor oriundo das mensalidades pagas pelos atuais alunos da Furb. Com a universidade federal gratuita, este valor poderia ser



revertido para outras áreas, como lazer e moradia

#### **5 - Atração de novas empresas**

Regiões que têm universidades federais apresentam grande índice de desenvolvimento tecnológico por meio de instalação de novas empresas em parceria com a universidade. Florianópolis, por exemplo, tornou-se um polo tecnológico graças à instalação da UFSC. No Vale do Itajaí, poderiam ser desenvolvidas parcerias nas áreas consideradas bases da economia, como metal mecânica e têxtil, por exemplo

#### **6 - Parcerias para o desenvolvimento da região**

Com a universidade pública federal, é possível fortalecer a qualificação dos professores principalmente no setor de pesquisa e extensão, essenciais na produção de conhecimento que permitam maior autonomia da região na definição de estratégias de desenvolvimento científico e tecnológico

#### **7 - Incorporação do patrimônio físico da Furb**

Um dos principais argumentos do Ministério da Educação (MEC) para inviabilizar a criação de novas universidades são os custos para construção de prédios. A Universidade Federal do Vale do Itajaí (UFVI) não começaria do zero. Vai incorporar o patrimônio físico da Furb. São 410 laboratórios e 220 salas de aula, além de editora, rádio e televisão, complexo esportivo e programas de extensão, clínicas de saúde integradas à rede municipal, distribuídas em quatro campi

#### **8 - Incorporação dos cursos oferecidos**

A UFVI vai incorporar todos os cursos oferecidos pela Furb. São 40 de graduação, 10 mestrados, um doutorado e mais de 70 cursos de especialização, presenciais e a distância

#### **9 - Incorporação dos professores e alunos**

O segundo argumento dado pelo MEC são os custos para contratação de professores. Pela proposta, a UFVI vai incorporar todo o quadro de professores, formado por 1.418 servidores, sendo 842 docentes e 576 técnicos administrativos. Quanto aos alunos, são mais de 16 mil alunos, na graduação, ensino médio, especialização, mestrados, doutorado, Furb Idiomas e na Escola de Educação Continuada. Em 47 anos de existência, a Furb já formou cerca de 40 mil profissionais

#### **10 - Custo de um aluno da Furb é pequeno**

Estudos encomendados pela Furb ao professor Nelson Cardoso Amaral, ex-reitor da Universidade Federal de Goiás, mostrou que o custo anual de um aluno da Furb é, em média, metade do custo de um aluno de uma universidade federal do porte da Furb. São R\$ 6 mil contra R\$ 11 mil, respectivamente. Este é um dos estudos que vão comprovar a viabilidade econômica da incorporação da Furb à UFVI

Fonte: Comitê Pró-federalização

## Clipping

**CNTE**

### 04/07/2011 - Brasil Alfabetizado abre prazo para adesões das secretarias

› Data: 04/07/2011  
› Veículo: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - SITE  
› Editoria:  
› Assunto principal: FNDE  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

O Ministério da Educação abriu nesta segunda-feira, 4, o prazo para que estados, o Distrito Federal e municípios façam a adesão ao programa Brasil Alfabetizado. Nos próximos 60 dias, além de aderir, as secretarias de educação devem informar ao ministério as metas de alfabetização nas áreas urbanas e rurais.

Conforme a Resolução nº 32/2011, que trata do programa Brasil Alfabetizado deste ano, a adesão e o preenchimento do Plano Plurianual de Alfabetização (PPAlfa) devem ser feitos em formulários eletrônicos específicos, disponíveis no sítio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Junto com o cadastro de jovens com mais de 15 anos e adultos, candidatos à alfabetização em 2011, as secretarias de educação devem informar uma série de dados: o número de alfabetizadores, de tradutores- intérpretes da língua brasileira de sinais (libras) e de coordenadores de turmas que serão necessários para o desenvolvimento das atividades; como será feita a formação, que é obrigatória, de alfabetizadores, professores de Libras e coordenadores.

Será com base no Plano Plurianual de Alfabetização de cada estado e município que o MEC vai calcular o repasse de recursos para a execução do programa. O cálculo é feito considerando o número de matrículas na alfabetização e de bolsistas.

Pela resolução, o pagamento de bolsa será mensal e varia de acordo com a função exercida pelo voluntário: R\$ 250 para alfabetizador com uma turma; R\$ 275 para alfabetizador com turma no sistema carcerário ou de jovens em cumprimento de medidas sócio-educativas; R\$ 250 para tradutor-intérprete de libras, que auxilia o alfabetizador em classe com alunos surdos; R\$ 500 para coordenador de turmas; e R\$ 500 para alfabetizador e tradutor-intérprete de libras com duas turmas.

Para trabalhar com alfabetização, os voluntários precisam atender diversos critérios; entre eles, ter formação mínima de nível médio e experiência na área, e para a coordenação de turmas, nível superior em licenciatura e experiência na educação de jovens e adultos.

São agentes do programa Brasil Alfabetizado o FNDE, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi), estados, municípios, Distrito Federal e a Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos, que é um órgão de caráter consultivo.

## Clipping

**CNTE**

### 04/07/2011 - Exame de Ordem reprovou 88% dos inscritos, segundo OAB

▷ Data: 04/07/2011  
▷ Veículo: 360 GRAUS  
▷ Editoria:  
▷ Assunto principal: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

O último Exame de Ordem da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), realizado em dezembro de 2010, reprovou 88,275% dos 106.891 bacharéis em direito inscritos. Do total, apenas 12.534 candidatos foram aprovados, de acordo com a OAB. O índice de reprovação da edição anterior já havia chegado a quase 90%. A prova é realizada pela Fundação Getulio Vargas.

Segundo a OAB, outros dados também mostram que o problema é a má qualidade de parte dos cursos de direito. Das instituições de ensino superior participantes, 81 tiveram aprovação zero, de acordo com o secretário-geral da Ordem, Marcus Vinícius Furtado Coelho. "O presidente (da OAB) vai notificar o Ministério da Educação para colocar todas elas em regime de supervisão, que pode levar ao cancelamento", disse Coelho. O MEC registra 1.120 cursos superiores de direito no país. São cerca de 650 mil vagas, segundo a OAB.

"Isso é reflexo, infelizmente, do ensino jurídico do Brasil", disse o presidente nacional da OAB, Ophir Cavalcante. Os candidatos que fazem a prova pela segunda vez têm 7% de aprovação, em média, segundo a OAB. Aqueles que fazem o exame pela primeira vez ou estão no nono e décimo períodos da faculdade (treineiros) têm média de 25% de aprovação.

De acordo com Cavalcante, um estudo feito por ele com dados dos últimos quatro exames anteriores ao de dezembro de 2010 mostra que as 20 melhores instituições de ensino superior públicas aprovam, em média, entre 70% e 90% dos candidatos inscritos. Nas 20 piores universidades públicas e as 20 melhores universidades privadas, a aprovação média é de 40% a 60%. Já as 20 piores instituições particulares aprovam entre 3% e 5%. "Isso puxa para baixo o número de aprovações. Infelizmente, o maior número de estudantes está nas faculdades privadas", disse Cavalcante.

Segundo Coelho, um grupo de universidades teve aprovação média de candidatos entre 80% e 90%. De acordo com o secretário-geral da OAB, são elas: Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal do Ceará (UFCE), Universidade Federal do Piauí (UFPI), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Universidade Federal de Sergipe (UFS). "Isso significa que as boas aprovam quase todos os estudantes na primeira tentativa", disse Coelho.

O presidente da OAB disse que estuda a possibilidade de questionar na

Justiça as aprovações de novos cursos feitas pelo Conselho Nacional de Educação "Não podemos conceber que o Conselho Nacional de Educação, fugindo dos parâmetros técnicos, autorize novas vagas", afirmou.

Com relação às críticas de candidatos à dificuldade do exame, Cavalcante disse que não há reserva de mercado. "A OAB vive exclusivamente da contribuição dos integrantes. Os advogados pagam anuidade. Se tivéssemos dois milhões, teria recursos para desenvolver atividades bem maiores. Temos 700 mil advogados. Para a OAB, seria confortável. Nossa preocupação não se mede pelo número, mas pela qualidade", disse.

A primeira prova do próximo Exame de Ordem da OAB está marcada para 17 de julho. A segunda fase está prevista para 21 de agosto.

## Clipping

**CNTE****04/07/2011 - OAB quer que MEC supervisione faculdades de direito com baixo desempenho**

- › Data: 04/07/2011
- › Veículo: I PARAÍBA
- › Editoria:
- › Assunto principal: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ophir Cavalcante, pedirá ao ministro Fernando Haddad que o Ministério da Educação (MEC) supervisione as faculdades de direito em que nenhum bacharel tenha sido aprovado no exame da entidade. Na última edição, 81 das 610 faculdades de direito do país não tiveram qualquer egresso aprovado pela OAB.

Atualmente, o MEC monitora faculdades que tiveram nota baixa no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade). Nesses casos o ministério estabelece metas a serem cumpridas sob pena de redução de vagas, suspensão e até fechamento de cursos.

Para Ophir, algumas instituições tem cometido "um verdadeiro estelionato educacional" com estudantes que acreditam estar recebendo uma boa educação. "O descompasso na qualidade do ensino contribui para desmerecimento das profissões jurídicas como um todo."

## Clipping

**CNTE**

### 04/07/2011 - ProJovem Urbano será gerido pelo Ministério da Educação

- › Data: 04/07/2011
- › Veículo: JORNAL DO DIA - AP
- › Editoria:
- › Assunto principal: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

O programa ProJovem Urbano do governo federal será gerido a partir do último dia 30 pelo Ministério da Educação (MEC). O governo também anunciou que novas turmas serão abertas no início de 2012, já sob a coordenação do MEC.

De acordo com nota divulgada na última sexta-feira pela Secretaria-Geral da Presidência da República, a mudança objetiva garantir a "atualização, o aperfeiçoamento e a expansão" do programa.

O ProJovem Urbano foi instituído em 2005, durante o governo do ex-presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. O programa era gerido pela Secretaria Nacional de Juventude e pelo Conselho Nacional de Juventude, órgãos vinculados à Secretaria-Geral da Presidência da República. O programa tem o objetivo de promover a inclusão social dos jovens.

"A transferência da coordenação do ProJovem Urbano para o MEC, após seis anos de experiência exitosa, visa a ultrapassar sua etapa de implantação para lhe dar a condição de política pública vinculada à estrutura do sistema educacional brasileiro. Com isso, sua potencialidade já demonstrada poderá ser plenamente realizada, ampliando expressivamente sua abrangência e aperfeiçoando sua execução", diz a nota divulgada pelo ministro Gilberto Carvalho.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Variedades	Data: 5/7/11
Assunto: Cineclubes nas escolas		Página: 7

# Cineclubes nas escolas

Em cada escola brasileira, um cineclubes. Esta é a proposta do Seminário Estadual de Cineclubismo, Cinema e Educação, que ocorre hoje, das 8h às 17h no Hotel Majestic, e faz parte da programação da 10ª Mostra de Cinema Infantil de Florianópolis.

O encontro é indicado principalmente a educadores, cineclubistas, gestores culturais, produtores de cinema e estudantes.

Cineclubes não apenas a um espaço para exibição de filmes, mas sim uma associação que reúne os apreciadores de cinema para fins de estudo e debates de filmes selecionados. Daí a importância de se desenvolver esta atividade na escola, já que seria a oportunidade de trabalhar o conteúdo das disciplinas de forma mais reflexiva.

Os cineclubes surgiram em resposta às necessidades que o circuito comercial não atende como a exibição

## Agende-se

**O quê:** Seminário Estadual de Cineclubismo, Cinema e Educação  
**Quando:** hoje, das 8h às 17h  
**Quanto:** gratuito

**O quê:** lançamento dos livros *Crianças, Cinema*

*e Educação: além do arco-íris*, Monica Fantin, Editora Anablume, 2011, R\$ 35; *Cinema e Educação: Uma Relação sob as Hipóteses de Alteridade*, organizado por Adriana Mabel Fresquet, dois volumes, 2011, Editora Booklink, R\$ 30; e *Cineclubes, Cinema e Educação*, organizado por Felipe Macedo e Giovanni Alves, Editora Práxis, 2010, R\$ 25

**Quando:** hoje, 17h30min

**Onde:** os dois eventos ocorrem no Hotel Majestic Plaza (Avenida Beira-Mar Norte, 2.746, Centro, Florianópolis)

de filmes do circuito alternativo.

O encontro é o embrião de uma grande movimento que deverá culminar com o Seminário Nacional, agendado para junho de 2012. Entre os convidados para o encontro de Florianópolis, os educadores Felipe Macedo, Adriana Fresquet e Monica Fantin, que lançam livros sobre Cinema e Educação, às 17h30h, no Hotel Majestic. Completa a mesa de debate, a educadora Gilka Girardello.

O seminário vai discutir o uso do audiovisual como recurso pedagógico, o ensino do cinema como instrumento de expressão do aluno e da comunidade, a preparação dos professores. O encontro vai apresentar relatos de experiências com cinemas em escolas, mesa redonda, e um depoimento gravado da professora Marialva Monteiro, do Cineduc, uma entidade de cinema e educação sem fins lucrativos.